

# Para tributarista, Comitê Gestor do IBS pode ser ‘quarto poder da República’

28/07/2024

Aprovada a reforma tributária, empresários e pagadores de impostos em geral precisam adotar uma postura ativa nas fases de revisão e implantação das regras do novo sistema, sobretudo em relação àquelas referentes ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — que, da forma como está sendo criado, pode se tornar uma espécie de “quarto poder da República”.

Quem faz o alerta é a advogada tributarista **Mary Elbe Queiroz**. Pós-doutora em Direito Tributário e sócia do escritório Queiroz Advogados Associados, ela falou sobre o assunto em entrevista à série Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito. Nela, a revista eletrônica **Consultor Jurídico** conversa com alguns dos nomes mais importantes do Direito e da política sobre os assuntos mais relevantes da atualidade.

“Esse Comitê Gestor, pelo que já está na Constituição, vai mandar mais do que os governadores, os deputados estaduais, os prefeitos e os vereadores. Isso porque a arrecadação referente às operações sobre bens e serviços (*sobre as quais o IVA incidirá*) vai sair das mãos dos estados e dos municípios e irá diretamente para o Comitê, que fará o sistema de débito e crédito. E só depois disso é que a arrecadação será destinada aos estados e municípios. Isso vai gerar um *delay* muito grande”, disse a advogada.

Ela pede ainda que o contribuinte adote a mesma postura em relação às promessas de simplificação, transparência e justiça fiscal, para que elas sejam cumpridas.

“Precisamos ficar atentos a todas as propostas de regulamentação, pois quem está trabalhando nisso tudo são representantes das Fazendas (*federal, estaduais e municipais*). E o pagador de tributos não foi chamado a opinar. Teremos oito anos, até 2032, para vermos ajustes e a implantação do novo sistema. Então é preciso que estejamos atentos à narrativa da ideia (*da reforma tributária*) e ao que está escrito nos textos.”

Segundo a tributarista, a ideia é garantir que o Brasil institua um sistema tributário nos moldes europeus e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou seja, “mais simples, mais justo e com uma carga tributária menor”.

“Aquele em que, após uma compra, você já se sabe, pela nota fiscal, quanto está pagando. E para que esse pagamento seja por um tributo justo, com valor adequado, e não com a alta carga tributária que há hoje no Brasil. Se estamos copiando o IVA (*Imposto sobre Valor Agregado*) europeu, temos de copiar tudo aquilo que há nele e que pode transformar o país.”

## Injustiça

Outro tema que requer atenção, segundo ela, é a implantação do Imposto Seletivo, que chega ao Brasil em um formato inadequado, “totalmente diferente do que existe na Europa”.

“Lá existe um imposto seletivo sobre bens nocivos à saúde, algo como um ‘imposto do pecado’, sobre cigarro, jogo e bebida. Já no Brasil nós temos um Imposto Seletivo que incidirá, por exemplo, sobre bebidas açucaradas, sobre veículos. E, inclusive, com uma grande injustiça: os veículos de combustão, em si, não atingem o meio ambiente. O que atinge é o combustível. Acontece que esses veículos serão taxados, o que vai prejudicar os mais pobres, já que os veículos elétricos, que são comprados por uma classe mais abastada, não serão tributados. O motorista de Uber, de táxi e as pessoas mais simples é que vão pagar esse imposto.”

**Clique [aqui](#) para assistir à entrevista ou veja abaixo:**



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jul-28/para-tributarista-comite-gestor-do-ibs-pode-ser-quarto-poder-da-republica/>